



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 132

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 132

122ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 03

Dep. Teruo Kato..... 09

Dep. Stephanes Júnior 09

Dep. Antonio Belinati 10

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 12

Grande Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 05

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....04

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 14

Discussão/Votação

2ª Discussão 15

1ª Discussão 15

Requerimentos 17

Encerramento da Sessão17

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 18

Diretoria Geral

Portarias 18

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente 19

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação20

DIÁRIO Nº 132

122ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

06 DE NOVEMBRO DE 2008

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior e Teruo Kato (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06/11/08.

(a) TERUO KATO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 480/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná proibido de aprovar e liberar financiamento, através do Paraná Urbano, para a construção de novas obras, em municípios onde existam obras financiadas pelo Governo do Estado que se encontrem concluídas e não estão sendo utilizadas ou não concluídas por culpa da Administração Municipal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Não é incomum encontrar obras acabadas e abandonadas nos municípios do nosso estado, ou ainda, não concluídas por culpa da Administração Municipal. Tal fato, além de configurar descaso do administrador com o dinheiro público, demonstra também desrespeito pela população que necessita dos serviços públicos, tais como escolas, postos de saúde, creches, entre outros.

Não se encontra lógica no fato de liberar verbas para a construção de novas obras quando outras, mais antigas, foram abandonadas inconclusas ou foram concluídas e não estão sendo utilizadas.

Deste modo, o presente projeto de lei pretende proibir tal desperdício de dinheiro público e chamar à responsabilidade o administrador que o faz, e, para tanto, contamos como apoio dos nobres Deputados e Deputadas desta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sra. 2ª Secretária, Sr. 1º Secretário e Deputados.

Tivemos na tarde de ontem um debate travado por vários Deputados, à altura deste Parlamento, onde realmente, apesar de alguma paixão ainda estar envolvida no debate, pudemos perceber que o debate da reforma tributária começou a entrar efetivamente naquilo que percebemos que é o desejo da sociedade paranaense, nas duas Audiências Públicas que fizemos, que é uma análise técnica de se realmente é necessária a reforma neste momento e o que realmente significa para o estado: se é só arrecadação, se é modernização do sistema de arrecadação de tributação e se o benefício vai chegar na ponta, que tanto o Governo quanto principalmente nós, representantes da população, temos que ter esse objetivo, que é o benefício à população, principalmente à população mais carente.

Observando o debate, pude perceber que um item muito importante, assim como um outro item muito importante estava à margem da discussão, até na nossa Audiência Pública em Cascavel e também em Foz do Iguaçu, que era a preocupação com a defesa da micro e pequena empresa do Paraná, e esse debate começou vir à tona nessas Audiências Públicas e inclusive com a argumentação muito técnica que nos foi fornecida pela Associação Comercial de Foz do Iguaçu, que serviu de argumentação ontem para o Deputado Valdir Rossoni e, certamente, é uma preocupação que envolve não somente a Oposição nesta Casa, mas envolve também Deputados da base governista, que é de proteger a competitividade da microempresa.

Mas, estava analisando e por não envolver a segurança do sigilo fiscal das empresas, inclusive já contatei o Líder da Oposição e o Líder do Governo e na segunda-feira iremos apresentar um requerimento para ver, efetivamente, Deputado Stephanes Júnior, V. Exa. que já foi Secretário da Administração e sabe que existe uma grande diferença entre arrecadar em dinheiro vivo, que é

com o que o Governo paga os seus compromissos, principalmente os salários dos servidores e também os compromissos, e arrecadar com precatório. E por que falo isso?

Porque tive uma informação - que não é oficial e por isso temos que fazer uma avaliação disso - que algumas redes de supermercados do Paraná, alguns supermercados grandes que não são redes, estão pagando o seu ICMS com precatório. É um direito que lhes assiste, muito embora administrativamente o estado não está aceitando, mas via judicial eles estão conseguindo pelo menos caucionar o seu débito de imposto com precatório. Até aí tudo normal. Normal não seria, que eles estão comprando no mercado esse precatório entre 40% e 50%. Para eles é uma vantagem, pois significa que hoje, na prática, não estamos baixando a alíquota de 18% para 12%, porque na prática, para a grande parte - pelo menos é a informação extra-oficial que temos e vamos fazer esse pedido de informações - já estão pagando 9%, porque compram precatórios e utilizam para pagar o Governo. E na prática estaremos dando mais um benefício, estaremos baixando de 9% para 6%, porque se baixarmos a alíquota para 12% eles continuarão indo por esse lado de pagar com precatórios.

Então, pretendo apresentar, juntamente com os Srs. Deputados, um requerimento, na segunda-feira, pedindo efetivamente por cada setor econômico beneficiado, o que hoje a Secretaria da Fazenda está arrecadando em valor pago na rede bancária e aquilo que está sendo compensado.

Essa informação é muito importante, Sr. Presidente, não só para nós Parlamentares, para que possamos saber o quanto estamos dando de benefício para alguns segmentos econômicos com essa reforma tributária, como para o Governo.

Quando falava, desde a minha primeira intervenção, a respeito dessa reforma tributária, que era preciso ter cautela, são justamente esses episódios que vão surgindo no meio do caminho que fazem com que, cada vez mais, tenhamos a cautela não só de buscar informação, mas também a opinião dos segmentos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode usar o horário do seu partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PSB/PRB/PV

O SR. RENI PEREIRA

Uso o horário do nosso bloco e, na sequência, concedo um aparte ao Deputado Rangel que pediu, mas primeiro vou terminar meu raciocínio.

Esses argumentos e essas informações vão balizar, certamente, a nossa aprovação. Agora há pouco falava com alguns Parlamentares que é muito importante essa informação, porque, de repente, se conseguirmos criar nesse mecanismo legal que vamos fazer aqui, uma torneira para que efetivamente só venham a se beneficiar

dessa reforma tributária aqueles contribuintes - que se isso for permitido e for possível, e vamos fazer isso dentro de uma análise técnica - que somente possam se beneficiar dessa redução aqueles contribuintes que pagarem um numerário ou pagarem com dinheiro, que é o que o Governo precisa.

Em relação ao aumento de ICMS da energia elétrica, do combustível e da telefonia, será pagamento feito em espécie, em dinheiro, não com precatório, até porque não tem como o consumidor de energia do Paraná, que é o grande contribuinte, ir lá com um precatório: "Oh, eu tenho uma tia minha que tem um precatório para receber do estado. Deduz aqui da minha fatura elétrica." Ele já vai, paga na lotérica, paga no banco, paga no supermercado e já paga junto os 29%.

Desses milhares, milhões de paranaenses que pagam sua fatura, estará entrando dinheiro efetivo para o Governo. Então, de repente, podemos modernizar ainda mais essa reforma tributária, colocar um mecanismo que só possam se beneficiar aqueles segmentos econômicos que pagarem efetivamente sua apuração de imposto no final do mês, para que não haja compensação. De repente, até modernizarmos um pouquinho mais, colocando a regra que é hoje já em relação à Receita Federal: que só possam ser compensados os créditos de natureza tributária na compensação de impostos com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Acho que a partir do momento que começarmos a desvendar detalhes desses segmentos econômicos que estão sendo beneficiados, e serão beneficiados ainda mais com a reforma tributária, poderemos estabelecer um equilíbrio que, talvez, não seja 2% o que tenhamos que aumentar na energia elétrica, na gasolina e na telefonia. Daqui a pouco entenderemos o porquê, se é efetivamente essa blindagem a um produto paranaense, blindarmos, porque outra informação que tivemos é que quatro, cinco distribuidoras de álcool seriam beneficiados com essa exclusão da reforma tributária do aumento do álcool em relação ao ICMS. Buscar essa informação é importante, porque poderemos saber e há uma proteção a algum segmento, ou se há uma proteção ao cidadão, a cidadã paranaense que vai pagar essa conta, como sempre pagou.

Acho que essa argumentação, esse debate que foi travado ontem, principalmente pelo Líder do Governo, pelo Deputado Elio Rusch, pelo Deputado Valdir Rossoni, pelo Deputado Durval Amaral, é muito importante, porque estamos entrando agora não mais na paixão política: esse defende a mensagem, porque é do Governador Roberto Requião e tem um compromisso de fidelidade; aquele ataca a mensagem, porque está na Bancada de Oposição.

Estamos entrando no cerne dessa reforma tributária, buscando por quê veio essa mensagem tributária, por quê se beneficiaram alguns segmentos econômicos em detrimento de outros que geram muito mais empregos para o Paraná. Aquilo que eu falava desde a primeira intervenção: esta mensagem tributária vai ser, sim, um

grande instrumento para que o Paraná possa ter um mecanismo de suportar e atravessar a crise econômica, que espero não chegue, mas se ela chegar aqui no Paraná podemos usar esse limão para fazer uma limonada.

Acho que essas informações são muito importantes, porque daqui a pouco poderemos baixar bem mais do que 12%, se garantirmos que esses beneficiários dessa diminuição de imposto paguem com dinheiro e não continuem a pagar, se essa informação for verídica. Por isso que é muito importante esse pedido de informação, para que possamos realmente apurar se o Paraná vem recebendo 18% dos supermercados. O setor de autopeças recebe porque é solução tributária, mas dos supermercados, ou ele vem recebendo papel e continua não desmerecendo o pagamento com precatório, porque é uma obrigação do Governo do Estado, mas efetivamente não entra dinheiro para o Governo do Estado.

Então, se já existir esse procedimento, que a Secretaria da Fazenda nos informe, porque estaremos votando com o conhecimento se estamos baixando de 18 para 12 efetivamente em cima de 50% que paga com dinheiro, ou se estamos baixando de 9%, porque aí efetivamente é o valor que eles pagam no precatório.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte, Deputado Reni?

(Assentimento)

Entendo que o pronunciamento de V. Exa. é sempre muito bem-vindo no sentido de que, como especialista na área tributária, V. Exa., claro, melhor do que ninguém, conhece os efeitos benéficos que essa reforma que foi apresentada pode produzir, se efetivamente estivermos trabalhando sobre fundamentos econômicos que se acredita sejam eles da economia e mercado.

Ao mesmo tempo, quero dizer a V. Exa. que já fiz essa pergunta à Secretaria da Fazenda - pode-se até formular um pedido de informações para que se possa, de fato, ter isso absolutamente bem posicionado - e a grande, imensa maioria, paga regularmente, religiosamente seus impostos em sonante, em dinheiro, ou seja, pontualmente. Um ou outro supermercadista entra na Justiça para poder fazer a compensação com precatório, que todos nós sabemos não vai dar certo, ou seja, não adianta entrar com precatório, porque lá na frente a conta vai ter que ser paga. Se alguém fizer isso sabe que está criando um monstro e, lá na frente, vai ter um grande passivo para ser coberto por conta da utilização de precatório para pagar a dívida de ICMS.

Deputado Reni, concordo com V. Exa., até porque o nosso Governo faz as coisas com absoluta transparência, e o fato concreto é que essa questão da reforma tributária, quando estamos fazendo esse processo de discussão, fazemos porque acreditamos naquilo que estamos conversando com a sociedade paranaense, e mais, de como é boa essa reforma tributária para quem ganha salário. O que temos que fazer nas próximas Audiências Públicas, me parece de uma forma bem definitiva, Presi-

dente Nelson Justus - faço quase que um pronunciamento paralelo, mas tem o horário da Liderança se V. Exa. quiser - é arrancar dos setores que serão beneficiados os compromissos públicos da redução de preços, porque ainda ontem eu falava da tribuna, olha, 6% de ICMS mais PIS e COFINS, porque o Brasil é um país surrealista, Deputado Antonio Belinati, aqui se paga contribuição, vou chamar de imposto mesmo, mas as contribuições você paga imposto sobre imposto, uma coisa absolutamente surrealista.

Então, o efeito pretendido da redução do ICMS chega até 7,5% menor na carga tributária. Reconheçamos aqui que é um momento importante da nossa economia. V. Exa. tem feito alguns levantamentos, tenho ouvido o que V. Exa. tem falado. Talvez fosse o caso de aprofundar mais ainda esse mecanismo do princípio da seletividade e o momento pode ser este para fazer isso.

Ouvi alguns pronunciamentos ontem e V. Exa. também, em que algumas pessoas diziam: "Mas não interessa isso ou aquilo". Todo o dinheiro que é arrecadado no estado é votado por esta Casa, tem um orçamento público. Sabemos que 30% vão para a Educação, 12% vão para a Saúde, uma parte para pagar dívida, para pagar pessoal. Sabemos para onde vai o dinheiro para o povo paranaense, que é arrecadado através dos impostos. Temos transparência nisso.

Conversei com o novo Presidente do IPARDES, Dr. Carlos Manoel. O IPARDES faz pesquisa de preço da cesta básica e do custo de vida em Curitiba. Não faz no Paraná todo. Se quisermos medir temos um instrumento para pôr na lei. Teremos um índice, que dispomos uma série histórica, que vai dar para ver claramente se há um efeito benéfico, bem objetivo, em cima do que o IPARDES coleta para medir o custo de vida aqui em Curitiba. Entendo que há mecanismos para aperfeiçoarmos o projeto, para medirmos tudo isso, avançarmos, diminuindo a carga tributária justamente daqueles impostos compensatórios, que sabemos ser extremamente elevados para quem paga, que é o consumidor, que está pagando muitos impostos. Vamos reduzir os impostos.

Concedo o horário da Liderança do Governo para que o Deputado Reni Pereira possa terminar o seu pronunciamento. Até porque acabei fazendo um pronunciamento paralelo e ele precisa terminar o seu raciocínio.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Consulto V. Exa., Deputado Reni Pereira, se deseja fazer uso do Grande Expediente desta Sessão.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. RENI PEREIRA

Inclusive estava reservado o uso do Grande Expediente.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto e na sequência concluo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Reni, sempre atento aos pronunciamentos desta Casa. Ouvi V. Exa. falar agora que os grandes supermercados estão a pagar as suas contribuições mensais de ICMS através de precatórios. V. Exa. subiu a esta tribuna e como tem fé de Deputado e também como homem que conhece as profundezas da Receita Estadual, tem lá sempre os seus informantes colocados e é evidente que esta informação deva ser correta. Eu perguntaria: esses precatórios são oriundos de terceiros? De onde viriam esses precatórios? De que forma da lei que o estado está recebendo autorização para tal desta Casa? Há necessidade da autorização desta Casa para que o estado pudesse fazer isso?

Muito obrigado, Deputado.

O SR. RENI PEREIRA

V. Exa. talvez não tenha entendido bem. Primeiro, a informação que tive é extra-oficial e não é nenhuma fonte interna. A fonte oficial que ouvi agora é do Líder do Governo, que deve ter tido essa informação do Secretário da Fazenda. A informação que tive é do próprio setor, inclusive, alguns que pagam com precatórios. Como falei que eles comprem o precatório pela metade, de 40 a 50% também, naturalmente, esses precatórios não são deles, são de terceiros. O precatório é um direito de crédito. Infelizmente ou felizmente, não sei, administrativamente, o estado do Paraná não tem mais recebido. Mas eles vão à Justiça e conseguem compensar o seu débito do imposto, com esse crédito que eles adquiriram de terceiros. Eles fazem uma escritura pública e sub-rogam-se nos direitos daquela pessoa que era detentora de um precatório. Isso eles têm feito de maneira judicial e não administrativamente.

O que falei de aproveitarmos e de repente modernizarmos, é que na esfera federal, a Receita Federal admite a compensação desde que o crédito seja de natureza tributária, créditos de mesma natureza. Isso que tentei demonstrar, eu não sei se V. Exa. agora entendeu.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quem está determinando é o Poder Judiciário. Acho que caberia também, Deputado Reni, fazermos um pedido de informação ao Poder Judiciário, baseado, profundamente, como está se concedendo esse direito a alguns, para abater esses precatórios. É claro que se o Deputado Romanelli nos permitir, aqui no plenário.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Em relação às afirmações do Deputado Romanelli. Inclusive, na cidade de Cascavel, nos foi solicitado para fazer um teste na lei, por um ano, para ver se vai dar esse efeito que V. Exa. está esperando que dê no bolso do contribuinte, principalmente em relação ao assalariado.

Infelizmente não poderemos colocar esse “test drive”. Teremos que raciocinar e analisar os aspectos e os efeitos dessa lei, antes de aprová-lo, porque depois de aprovar, infelizmente, não tem mais como voltar atrás, principalmente no que diz respeito à arrecadação da energia elétrica, porque isso será incorporado no orçamento do estado e também nas suas despesas.

Se V. Exa. tem a informação de que a maioria paga em dinheiro, fico mais tranquilo. Tive essa informação, não oficial, como fez sugerir o Deputado Jocelito Canto. Tive essa informação dos próprios donos de supermercados, que há muito tempo estão pagando com a compensação de precatório. Isso é preocupante, porque daqui a pouco nessa mensagem, o Governo que já não tem arrecadado em dinheiro desse setor supermercadista, que a grosso modo é o grande beneficiário dessa reforma tributária, assim como o setor de autopeças. O setor madeireiro significa pouca coisa na arrecadação, mas o setor de supermercado significa muito. O grande benefício está no setor de supermercado. Se essa informação do Deputado Romanelli procede, realmente, fica em certa parte prejudicada a minha preocupação. Essa informação verbal que ele teve de fontes oficiais, que tive de fontes extra-oficiais de um dono de supermercado, tenhamos de maneira oficial via requerimento, para que possamos ter isso documentado no texto da lei.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto e na sequência ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Reni Pereira, a informação que tenho da Secretaria da Fazenda é de que a compensação por precatório seja feita de créditos da mesma natureza. Isso vale dizer que quando há um crédito fiscal em precatório, ele é aceito como pagamento de imposto, porque ele é da mesma natureza.

O importante quando se fala em precatório, é que venhamos a entender o que é um precatório. Precatório é uma sentença transitada em julgado. Isso é inquestionável. Quem recebe um precatório recebe um crédito do Poder Público transitado em julgado. É um crédito que ele tem. Quando ele entra na Justiça, ele vende esse crédito para um terceiro. Esse terceiro entra na Justiça, para compensar esse crédito que ele tem do estado, para pagamento do próprio estado. Não vejo como questionar a ação do Judiciário ao deferir esse pagamento, porque não tem discussão, não há o que discutir se o precatório foi emitido. Não se tem mais o que discutir em instância nenhuma quanto ao direito desse crédito. Ele pode ter origem duvidosa, pode ser o que for, mas o precatório é uma sentença transitada em julgado no último recurso.

Então, a Fazenda só recebe quando é crédito da mesma natureza, crédito fiscal compensando crédito fiscal. Agora, quando há uma decisão judicial para que esse crédito seja compensado, como toda outra sentença de Justiça, não há o que discutir. A Receita é obrigada a receber, porque tem uma ordem judicial para que receba

a compensação desse crédito. É essa a grande situação que se depara hoje, quando o estado brasileiro que tem débitos e não está pagando, que ele compense com quem tem crédito e não está recebendo.

Não vou tomar o seu tempo que é reduzido. Teríamos que discutir nesta Casa, num determinado momento, porque a lei é sempre boa. Veja que estamos discutindo aqui se essa redução de imposto vai transferir para o consumidor ou não. Mas, essa é uma discussão que a lei não consegue abranger, porque ela tem o espírito de baratear, como tantas e tantas outras leis que existem no Brasil e são burladas. O que temos que procurar é um mecanismo que se possa condenar, multar aqueles que sonegarem o dispositivo da lei, porque como eu disse, existem tantas e tantas leis que não são diariamente descumpridas. Muitas vezes nasceram com objetivo bom, mas o cumprimento dela, quando ela sai desta Casa, quando é promulgada, quando entra em vigor, passa a ser usada indevidamente pelas partes.

Tenho diversos pensamentos sobre isso, como agir, que em determinado momento poderíamos discutir usando os horários do Grande Expediente e das Lideranças, que me parece que se pode chegar a cumprir melhor o que determina as leis, para que povo possa ser o consumidor, possa ser o grande beneficiado.

Só para encerrar, com respeito ao precatório, acho que isso é uma discussão que tem que ser entendida como um elemento de crédito na mão do terceiro, transitado em julgado, que lhe dá um direito desses créditos e um dever que ele tem de um pagamento. Essa compensação, o Judiciário, quando autoriza, não há o que discutir.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Agradeço o seu aparte, até porque esclareceu não só o Deputado Jocelito Canto, mas com certeza aos milhares de paranaenses que estão assistindo o que é o precatório. E a primeira parte do seu aparte, tenho certeza que esclarece mais ao Deputado Jocelito Canto, que em nenhum momento aqui quero investigar o Judiciário. O que queremos é a informação da Receita Estadual de quanto que atualmente esse setor de supermercados vem compensando de imposto com precatório. Que é legal, que é o Judiciário que está autorizando, se é errado ou certo não vamos entrar nessa esfera, porque é outra esfera. E acredito que é até um direito líquido e certo.

Agora, temos que ter essa informação, Deputado Caíto, até porque saberemos se estaremos votando uma redução de 18 para 12 realmente, ou estaremos votando uma redução de 18 para um setor que efetivamente já está pagando nove, porque eles comprem pela metade do valor de fácil precatório. Reduzindo para 12 não estaremos reduzindo realmente para 12, estaremos reduzindo para seis, porque se permitirmos na lei que continue esse procedimento, na verdade eles vão continuar pagando com precatório. Não sei, por isso falei que vamos estudar se existe um mecanismo de salvaguardar esse benefício

tão-somente àqueles que pagam efetivamente com recurso. Segundo o Líder do Governo a maioria paga, até porque poderia compensar o aumento e esse poderia não ser tão grande.

Em relação ao seu segundo aparte, de mecanismo de garantir, infelizmente a salvaguarda do Líder do Governo, e sei que fala em nome do Governo, está na economia de mercado. E a economia de mercado sabemos que, com certeza, os donos de supermercados vão querer baratear, incluir no preço essa redução até para vender mais que os seus concorrentes, mas dali um mês, dois, não sabemos se isso vai estacionando. E como não existe a possibilidade de colocarmos uma salvaguarda na lei, se o mercado não baixar ele não terá direito a isso e não existe como fazer um “test drive” da lei. Depois de aprovada ela está aprovada e vai gerar os seus efeitos em todo o estado do Paraná. Temos que ter essa cautela antes de aprovar.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Reni Pereira, estou acompanhando esse debate, o seu pronunciamento, o senhor que é especialista na área tributária. E veja como é importante o bom debate no Parlamento, na Assembléia Legislativa. É extremamente necessário o estudo aprofundado a respeito desse projeto de lei. Tem que ser amplamente discutido aqui entre os Parlamentares e também nas Audiências Públicas. Já tive duas, inclusive na cidade de Foz do Iguaçu, teremos mais em Londrina, Maringá e também em Ponta Grossa. É importante a participação popular, é importante a participação dos setores, porque se fala muito também em protecionismo. Precisamos analisar se realmente essa lei não é protecionista.

Tenho alguns questionamentos que preciso fazer, algumas informações que preciso levantar aqui através da Assembléia Legislativa para julgar se esse processo vai ser realmente benéfico, porque no final, como o senhor mesmo falou, isso pode acabar sendo até prejudicial para alguns setores, para alguns contribuintes. E quem pode pagar muito caro é o contribuinte.

Então, queria dizer a V. Exa. que vou também colher algumas informações, alguns pedidos, requerimentos que estarei encaminhando aqui na Assembléia Legislativa com relação a essas informações extremamente necessárias. Vou pedir também à Mesa, ao Presidente, acho que esse assunto precisa ser mais debatido aqui, teremos que ter, quem sabe, um Sessão específica, porque estamos lidando com impostos, com dinheiro do povo. É um projeto de lei extremamente necessário, a reforma tributária é muito importante, mas não podemos também ficar só na linha técnica, porque as pessoas que estão nos acompanhando em casa, pela televisão, muitas vezes até não conhecem os termos técnicos que envolvem o projeto de lei. Mas, vai envolver diretamente o povo, o cidadão paranaense, o contribuinte, e é por isso que devemos ampliar ao máximo o debate.

O senhor está de parabéns, o senhor que é especialista nesta área, pode contar com o meu apoio para a coleta dessas informações.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo ao Deputado Marcelo Rangel e a todos os Deputados o que já falei, sou Deputado tanto quanto os outros 53. Nessa área, talvez eu tenha um conhecimento similar aqui ao de alguns outros Deputados. Não sou melhor que ninguém. Agora, quando fiz um furamento aqui, de fazer o meu papel como Deputado, como todos nós fizemos um juramento de defender o estado do Paraná, a lei e a Constituição. E o nosso papel é justamente esse. Longe de defender ou atacar o Governador Roberto Requião. Temos que defender o estado do Paraná. E a sua preocupação é a preocupação que tem de nortear os 54 Deputados, inclusive esse projeto tem aspectos positivos, não vamos esquecer disso. Mas, também não vamos esquecer que temos que fazer desse projeto de lei um mecanismo de transposição da crise.

Talvez não tenhamos a oportunidade de, no mês de março, abril do ano que vem, aprovar qualquer mecanismo tributário para salvar o estado do Paraná da crise que já estará impregnada no Brasil. Tomara que não. Tem o princípio de anterioridade, então é dessa lei que teremos de modernizar o estado do Paraná. E essas informações são importantes. Tomara que a sua informação seja verídica e a minha seja falsa, mas se daqui a pouco realmente metade do setor supermercadista do Paraná tiver lançado mão de precatório e conseguirmos um mecanismo para garantir esse benefício tão-somente para aqueles que pagam com dinheiro efetivo, já vamos ter aí um grande ganho, porque de repente o estado do Paraná vai poder aumentar o leque da diminuição do imposto. Não digo só diminuir da energia, temos de buscar o ponto de equilíbrio e acho que essa mensagem se presta a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ao cumprimentá-lo, Deputado Reni Pereira, é o que nós Deputados, imaginamos que estamos fazendo. O que efetivamente não podemos é partidizar esta discussão. A partir do momento em que tornarmos esta discussão eminentemente técnica, com o número expressivo de Deputados que são empresários, ou que já foram empresários e que conhecem o assunto como V. Exa. conhece, que é um especialista no tema, mas se ouvirmos toda a sociedade, nos diversas cidades como estamos fazendo através da Comissão de Constituição e Justiça, não tenho dúvida que esta Casa poderá votar sem medo de errar e com conhecimento de causa, com o objetivo de simplificar realmente essa questão tributária, que é - e não temos como negar - um projeto inovador por parte do Governo. Oxalá, estejamos errando o menos possível!

Mas, parabenizo V. Exa., porque esse realmente é o espírito da Casa: que não partidizemos uma discussão tão importante como essa. Parabéns!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Sr. Presidente, queria só um aparte.

V. Exa. terminou o seu pronunciamento falando de um tema que entendo, até porque V. Exa. é profundo conhecedor, que V. Exa. saiba. Precatório é uma dívida do estado com alguém. A discussão inclusive é que, aliás, não só o Tribunal de Justiça do Paraná, como também os Tribunais Superiores, não querem que se fure a ordem cronológica do pagamento, ou seja, esse é o grande tema. O estado tem que pagar os precatórios? Tem que pagar os precatórios. Da mesma forma que sabemos que deve ter supermercadista, como tem em outros setores, que fazem negócios.

Por exemplo, lá naquela Audiência do oeste, com certeza aquele empresário que trabalha com exportação de frango, ele repassa o crédito de ICMS dele para empresas que têm, que pagar ICMS. Não vou pedir para fazer esse levantamento da empresa dele, porque uma pessoa que vai em uma Audiência Pública merece, justamente, a certeza de que ele não vai ser analisado no caso concreto. O fato é que temos que identificar que tanto o crédito que alguém possui de ICMS, quanto o precatório, são obrigações que o estado tem para poder, em tese, ou seja, no caso concreto, quando existe, de fato, legitimamente tanto no precatório quanto no crédito do ICMS, alguém tem o direito de receber e os mecanismos legais, V. Exa. sabe melhor do que eu, que eles funcionam.

O estado do Paraná, o Governador Requião fez de forma muito objetiva a revogação de tudo o que permitia pagar ICMS com precatórios, revogou toda a legislação estadual que tinha. Ou seja, temos que reconhecer que a ordem cronológica do pagamento dos precatórios tem que ser obedecida e, melhor de tudo, pagar em dinheiro esses precatórios, e não por essas vias estranhas, porque sabemos que nessas vias oblíquas, um supermercado pega e paga o ICMS com precatórios por medida judicial na primeira instância, mas está perdendo depois aqui no Tribunal de Justiça e vai ter um passivo e vai ter que pagar essa conta.

E uma outra coisa, Deputado Reni, V. Exa. trabalhou mais na área tributária e não trabalhou com impacto, mas V. Exa. sabe que a Auditoria Gedalva é a maior especialista, faz 30 anos que ela trabalha com impacto e é uma pessoa que o Paraná tem como referência nacional em termos de qualidade técnica do trabalho que faz e ela está absolutamente convencida - trabalhou profundamente nisso e é uma técnica absolutamente especializada - que o impacto será extremamente positivo para o consumidor. Eu, inclusive, conheço pessoalmente a Gedalva há mais de 30 anos, ou talvez nem 30 anos que ela é tão experiente assim, mas eu a conheci como técnica, para se ter uma idéia, nas diretrizes de Governo do Governador José Richa, 1981/1982. Ela já era uma técnica da área

fazendária, ou seja, alguém que conhece profundamente aquilo que está fazendo e eu confio nas informações que recebo dela.

A minha discussão, o senhor sabe, não fico lá conversando com o Secretário Heron Arzua, com o Dr. Nestor, que são meus amigos, pessoas que considero muito, mas quando vou discutir o tema vou falar com os técnicos, com as pessoas que de fato conhecem profundamente o estado, que são técnicos de carreira, que são pessoas, enfim, qualificadas e que não têm nenhuma visão política, trabalham mesmo com uma visão em relação ao que é de interesse do estado do Paraná.

Obrigado, Deputado Reni, por mais este breve aparte aqui.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer que também confio nos técnicos da Secretaria da Fazenda, confio no empresariado paranaense, mas temos que realmente estabelecer na lei mecanismos que garantam aquilo que é a confiança dos técnicos, que é a confiança do senhor, que é a minha confiança de que haverá um benefício na prateleira do supermercado, para que o consumidor tenha uma redução do preço dos seus produtos de consumo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente Nelson Justus, 1ª Secretária Deputada Rosane Ferreira, 2º Secretário Deputado Alysson, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho a esta tribuna para falar de alguns dados do Governo, principalmente com relação às obras importantes em andamento. De janeiro a outubro de 2008, ou seja, de janeiro a outubro deste ano, foram concluídas no estado 566 obras, um investimento na ordem de R\$ 78 milhões e estão em andamento mais 702 obras, sendo 297 na área da Educação. Um investimento de 78 milhões que demonstra claramente a política do Governo de investir na Educação. Os 30% destinados ao orçamento vêm refletir já nas obras importantes para que possamos melhorar a qualidade da Educação em nosso estado. Além da importância dessas obras, é importante ressaltar a geração de emprego, são 15 mil empregos gerados, 6 mil empregos na construção civil e 9 mil empregos diretos e indiretos.

Por meio do sistema de registro de preços, estão sendo licitadas neste mês 535 quadras cobertas. Justamente essas quadras que vão possibilitar que as escolas tenham uma melhor estrutura para que o aluno possa permanecer mais tempo na escola e, também, 465 novas salas de aula estão sendo construídas, 32 Bibliotecas Cidadãs e tudo isso importando o investimento de mais

de R\$ 360 milhões. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, são números que, às vezes, não temos conhecimento, somente a partir do momento que passamos a ir atrás, correr inclusive para atender ou agilizar aquelas obras em andamento na nossa região, é que passamos a tomar conhecimento dos investimentos, do montante que está sendo investido em obras do Governo do Estado.

Falei dessas obras, principalmente na área da Educação, porque é um tema que temos defendido continuamente, porque acreditamos que somente através da Educação poderemos estar melhorando o nosso país. Por isso trago aqui a Resolução nº 3683/08, da Secretaria da Educação, que institui a partir de 2008, em caráter permanente, o Programa Viva Escola na educação básica, na rede estadual de ensino. Tem o artigo 2º, Deputada Rosane Ferreira, que considero dos mais importantes, esse artigo diz o seguinte: *Determinar a expansão do tempo escolar, para os alunos da Educação da rede pública estadual de ensino, em direção à progressiva implementação da Educação em tempo integral.*

Portanto, minhas amigas e meus amigos, é um programa que será implementado nas escolas estaduais, introduzindo o contra-turno nas escolas, oferecendo aos alunos oportunidade de praticar esporte, ginástica, de desenvolver jogos, teatros e danças, efetuar pesquisas científico-culturais, culturas regionais, artes visuais, atividades literárias como incentivo à leitura, à produção de textos. Atividades que irão contribuir, efetivamente, para que possamos formar cidadãos.

Quero destacar e parabenizar aqui a Secretaria da Educação, professora Yvelise Arco-Verde, por esse excelente programa que será implementado nas escolas a partir do ano que vem e que segue firmemente na caminhada, para que possamos ter em nosso país implementado, principalmente aqui no estado do Paraná, a escola em tempo integral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Deputado Nelson Justus, que preside esta Sessão, Deputada Rosane, Deputado Alysson, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores. Primeiro perguntar se é possível ainda utilizar, após o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, sem dar 15 minutos vagos, ou tem alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode usar o horário do PMDB, porque o Deputado Jocelito Canto está inscrito no Grande Expediente.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Na realidade vou abordar, primeiramente, a questão da reforma tributária. Escutei aqui o meu colega, Deputado Reni Pereira, e tenho uma visão semelhante à dele e considero essa reforma muito boa. Primeiro, porque 95 mil itens e subitens vão ter reduzida a alíquota de 18 para 12%. Acredito que muito disso vai se refletir em preços menores para a sociedade nos produtos que serão comprados. Pode ser que nem todos os produtos acabem repassando, alguns empresários podem fazer alguma coisa diferente, mas isso vai se refletir em preços menores, principalmente na área de alimentos.

Vejo que isso simplifica a arrecadação e a deixa mais transparente. Com alíquota uniforme, você tem a fiscalização simplificada, mais transparência e a arrecadação vai se basear em combustível, energia elétrica, bebidas com álcool, cigarros. Vejo essa reforma muito positiva e vai deixar os cerealistas mais competitivos, que vendem para todo o Brasil. Os nossos produtos agrícolas, que no nosso estado são muito fortes, vão acabar funcionando nesse setor no Paraná, que é a área agrícola que precisa. Então, tenho uma visão muito boa.

Tenho uma emenda que pretendo fazer entre várias, queria até apoio do Deputado Reni, nós já conversamos sobre ela, que é o ICMS pago sobre a energia elétrica dos hospitais.

Os hospitais hoje, vou pegar o Nossa Senhora das Graças, não sei o valor da fatura dele de energia elétrica, que seja 80, 90 mil por mês, 30 mil é de ICMS aproximadamente. Ajudamos muito os hospitais, que estão sempre em dificuldades, se retirarmos o ICMS sobre a energia elétrica deles. Porque a área de Saúde está sempre defasada com relação ao que recebem do SUS, estão sempre precisando de apoio. E agora que vamos aumentar, teoricamente, em nível de ICMS sobre a energia elétrica, seria uma boa hora de aprovar essa emenda que seria reduzindo o ICMS da energia elétrica dos hospitais. Peço o apoio de vocês, já fiz um projeto de lei e agora transformar em emenda nessa reforma tributária.

Quero abordar também essa questão da eleição dos Estados Unidos. Com o sistema eleitoral deles, caótico, porque não votam direto para Presidente da República, cada estado faz de uma forma, as máquinas de 50 anos atrás, não é totalmente informatizada como no Brasil. Mas, deram um show em termos de democracia, porque tenho dito que tanto o John McCain seria um bom Presidente da República, o tenho como alguém experiente, que tem um bom currículo, e aquele fato de na guerra ter sido cinco anos prisioneiro, a maneira como ele se posicionou no Vietnã, me fez ver nele uma pessoa de caráter. Assim como vejo o Presidente eleito, o Barack Obama. O fato de ele representar mudança é muito importante, porque o Barack Obama hoje representa a esperança que pode resgatar a questão de como o mundo vê os Estados Unidos. Desejo sucesso, que realmente ele faça uma grande gestão à frente desse país.

Quero também abordar a eleição de Londrina. Tenho visto a posição do TSE em vários assuntos. Tenho dito que também, não é o mérito do Tribunal de Contas ter reprovado as contas do Belinati, depois ter tido um efeito suspensivo e que o Tribunal está julgando. Não é esse o mérito importante, porque há 14 anos, todos que tiveram contas rejeitadas foram depois no TSE, dado o registro do candidato. Não houve ninguém até hoje. Primeiro, o Tribunal pode até mudar de posição, mas não no meio da eleição.

Mas, independente disso, que também acho que está errado, ele se defende que todo mundo teve a sua candidatura aceita, mesmo com a situação no Tribunal de Contas rejeitada e que um candidato foi não aceito. Isso quebra aquele princípio da segurança jurídica. Não é nem isso que estou falando. Falo é do povo de Londrina. Essa é a visão que tenho. Não pode você reunir 500 mil pessoas, elas elegerem o Prefeito e depois elas serem desrespeitadas. Porque não podem entender que aquelas 500 mil pessoas estão erradas. Ou o voto deles não valer. A Democracia que está sendo na realidade afetada nesse momento. Não é nem o Belinati. Poderia ser qualquer um. Poderia ser o Haully, o Barbosa. Você não pode reunir 500 mil pessoas e dizer depois: “Ah, ele não podia ter sido candidato.” Isso que é um absurdo!

O meu ponto de vista é que a Democracia está sendo ferida e que o Belinati tem que ser mantido no cargo, porque senão você fere o eleitor, você fere o princípio do voto da pessoa não valer nada e dos cinco Ministros terem a condição de anular uma eleição, quando eles tinham um prazo até 25 de setembro deste ano para julgar esse assunto. Eles não cumpriram o prazo, nem o TRE do Paraná e nem o TSE em Brasília e depois deixam a situação da cidade dessa forma.

Então, independente do mérito, independente de qualquer assunto relativo ao motivo das contas terem sido rejeitadas pelo Tribunal, o fato é que não se pode deixar o candidato concorrer e 500 mil pessoas se reunirem para votar nele e depois o voto dessas pessoas não valer.

Então, por isso defendo que o Belinati tem que ser mantido Prefeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)**O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputada Rosane, Deputado Alysson, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes e paranaenses que acompanham as transmissões desta Casa através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Registrar, Sr. Presidente, a presença entre nós do Sr. Lávoro, Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã, e

do Valdir, também Vereador em Ibiporã, bem como do Vereador Vilas Boas, da cidade de Boa Esperança.

Inicialmente, Deputado Stephanes Júnior, minha gratidão pessoal e de minha família! Já encomendamos a fita das Sessões desta Casa com as manifestações de ilustres Parlamentares sobre essa pendência jurídica de Londrina e hoje, mais uma vez, presto a V. Exa. a minha gratidão e de toda família Belinati. E também queria pedir a compreensão dos ilustres jornalistas que cobrem as Sessões desta Casa, porque eles, no cumprimento da missão que cabe a cada profissional da nossa imprensa, têm me pedido algumas declarações sobre essa questão que está em Brasília e nós estabelecemos como norma que apenas o Presidente Estadual do nosso Partido, Deputado Federal Ricardo Barros, falará sobre essa demanda judicial. Então, o nosso pedido de escusas aos valorosos profissionais da nossa imprensa!

Presidente Nelson Justus, eu era jovem e virei admirador de um gaúcho chamado Fernando Ferrari. Esse homem, que chegou a ser candidato a Vice-Presidente do Brasil junto com João Goulart e ganhou, foi o autor do Estatuto do Trabalhador Rural. A idéia de Fernando Ferrari ao fazer o Estatuto do Trabalhador Rural, creio que foi a melhor possível, visando, acredito muito, dar uma condição de vida humana, uma melhor condição de vida aos trabalhadores do campo. No entretanto, aquilo que foi feito com o sentido do bem acabou virando um instrumento contra o próprio trabalhador, porque antes do Estatuto do Trabalhador Rural existiam nas fazendas os colonos, que moravam na própria propriedade agrícola, seja na fazenda ou no sítio.

Muitas vezes o proprietário da terra dava um pedaço da área e dizia para o empregado: “Olha, o que você plantar aqui é seu ou o que você plantar e colher um tanto é seu e um tanto é meu; aqui o que você criar, a criação é sua”. E esse colono, no final de semana ou de vez em quando, ele reunia a família e chegava até o centro urbano, até a sede da cidade para fazer compras. Ele comprava cobertor para o ano inteiro, lençol, travesseiro, vestido, calça, sapato, tudo. O vendedor ficava empolgado, porque ele batia o olho e já dizia: hoje vou matar o boi. E o que era matar o boi? Que ele iria vender bastante. E a venda era tão grande, que a loja dava condução para levar esse cliente de volta para a zona rural, para a fazenda ou para o sítio, porque a venda era boa, era compensadora. Pois bem, isso enquanto não havia o Estatuto do Trabalhador Rural. E quando veio essa lei tão importante, onde tanta gente como Fernando Ferrari trabalhou visando criar melhores condições de vida ao trabalhador do campo, acabou dando quase tudo errado. O fazendeiro, com medo da lei, passou a demitir o colono, colocou para fora da fazenda e passou a usar o trabalhador volante. O que é esse trabalhador volante?

Quando o dia ainda não amanheceu, lotam caminhões nos patrimônios, os assentamentos e nas áreas mais pobres dos grandes perímetros urbanos e o trabalhador é levado em uma condição pior do que a do animal -

tem boi e cavalo que são tratados com muito mais carinho do que o trabalhador do campo. E ainda quando o dia não amanheceu, esse trabalhador chega em uma determinada fazenda levado pelo chamado “gato” e ali é feito como se fosse um concurso de beleza: para você tem serviço e para você não tem, sendo que aquele que está magricelo, coitadinho, muitas vezes volta a pé da fazenda para a cidade, porque para ele não tem serviço.

E quem é o patrão desse trabalhador volante? Em uma semana é o Pedro, na outra semana é o Manoel, daí em um mês é o Sr. Mohamed. E quando esse trabalhador cai doente, desassistido até pela Previdência, quase sempre ele é usado no hospital como cobaia para os estudantes aprenderem Medicina no corpo do trabalhador pobre, que está lá no cabo da enxada plantando o alimento que nos sustenta aqui na cidade. Pois bem, quando ele trabalha, ele ganha tempo e quando não tem serviço, nada ganha; quando está doente, não tem patrão e também não tem renda; quando os cabelos ficam brancos e vem a velhice, é outro drama social.

Então, Presidente, esse é o quadro do nosso campo. Não melhorou nada, mas piorou, porque acabou com o colono e veio o bóia-fria. E por que a expressão bóia-fria?

Porque ainda de madrugada esse trabalhador, ao embarcar em cima de um caminhão - em uma condição social muito pior do que a dos animais - ele já leva a marmitinha que a esposa fez a bóia um dia antes e a bóia está fria e por isso ele foi apelidado de bóia-fria e são 15 milhões de brasileiros nessa condição de bóia-fria, que têm que levar a marmitinha com a comidinha preparada um dia antes pela sua esposa para comer na roça durante o trabalho. Esse é o quadro lamentável de pobreza que existe no campo.

Mas hoje, Presidente Nelson Justus, não é sobre a situação de miséria no campo, mas queremos falar, pegando um gancho nessa situação rural, para falar de um subemprego que temos dentro das grandes cidades. Durante a campanha eleitoral, mais uma vez tivemos acesso a inúmeras fábricas e vimos uma cena de tocar o nosso coração: a cena do subemprego, a cena do bóia-fria dentro das nossas fábricas. Essa situação, como essa situação: vi, principalmente nas indústrias de confecções, as costureiras coitadinhas ganhando na faixa de R\$ 450 por mês e, ainda, tendo que levar de casa a marmitinha. Muitas vezes, não tem nem lugar para esquentar a comida. Eu vi fábricas, que não tem uma mesa, uma cadeira para a costureira, para o operário poder fazer sua refeição. Para mim isso é, também, uma situação de bóia-fria dentro das grandes cidades. Aqui em Curitiba, na minha cidade de Londrina, nos grandes centros urbanos.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Para o patrão, na visão dele, está tudo bem: “Ah, estou dando emprego para 300, para 400”. Isso não é

emprego, é subemprego e se esquece, muitas vezes, de dizer: “Estou com 400 funcionários aqui, que estão me ajudando a comprar mais um iate, a comprar mais uma fazenda, a comprar mais um jatinho, a passear todo ano na Europa com a minha família”. Existe o bom patrão? Existe, mas uma boa parte entende que é quase uma esmola, uma caridade, que é um ato de bondade dele oferecer posto de trabalho na sua empresa, na sua indústria. Nosso respeito, nossa homenagem aos bons empresários, aos empresários dignos e humanos que tratam com dignidade seus operários, suas operárias, mas também o nosso “puxão de orelha”, a nossa crítica àqueles que se aproveitam da necessidade que o trabalhador, a trabalhadora tem de ter seu emprego.

Como é que uma pessoa vai trabalhar numa fábrica o dia inteiro, acordando antes do sol amanhecer, voltar para casa quase sempre no começo da noite e, ao final de 30 dias de trabalho, levar menos de R\$ 500 de salário para casa? Isso não é condição de vida que se ofereça, que se dê para o trabalhador ter uma vida compatível com a sua vontade ou com sua necessidade, para oferecer um pouco de conforto para si e para sua família. Então, Presidente, qual é a idéia que ficamos imaginando: como acabar com esse subemprego? Como tratar com respeito, com dignidade esses operários e essas operárias?

Estou falando de indústria de confecções, mas isso envolve um monte de indústrias de diferentes segmentos do nosso Paraná e, com certeza, é o retrato do Brasil. Qual é o caminho? Já que somos Parlamentares, fazemos as leis, legislamos, o caminho é poder contar com a compreensão do Governador Roberto Requião, fazer uma lei, quem sabe oferecer um incentivo, um desconto no imposto para todo empresário, mas, em contrapartida, que esse empresário, ao ter algum benefício de abatimento no imposto que teria que recolher aos cofres públicos, ofereça tratamento digno aos seus funcionários, aos seus operários. Começando, no mínimo, em manter um restaurante em cada fábrica, restaurante com a comida feita na hora. Vamos acabar com essa história de marmittinha, que operário tem que levar de casa e pagar salário justo também.

Volto a repetir: salário de R\$ 440, 450, 460 reais é tratar como escravos os operários do nosso Paraná. O Paraná, que é tido aos olhos do Brasil e do mundo como um estado rico, um estado potencialmente econômico de posição invejável. Se aqui está acontecendo esse tratamento desumano, fico imaginando como está a situação do operariado no resto do Brasil.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Belinati, permite um aparte?

(Assentimento)

Olha, estou prestando atenção ao vosso pronunciamento. Sou fã do seu trabalho como Parlamentar. Estamos, agora, às 11h20 desta manhã de quinta-feira, e espero que seja um grande dia para V. Exa. Deputado Belinati, que seja um grande dia para a cidade de Lon-

drina, que o senhor seja vitorioso em Londrina, mas não só o senhor, que o povo da cidade de Londrina também seja vitorioso, que a democracia seja contemplada.

Já me pronunciei na Assembléia, dias atrás, a respeito dessa decisão que, a meu ver, foi errada e que agora será revista e, tenho certeza, será revista e a democracia será valorizada. Falei sobre a condição de se tornar candidato. Essa decisão extemporânea da Justiça, na minha opinião, foi errada e precisamos preservar, acima de tudo, a democracia. Se por um acaso na eleição de Londrina estivéssemos falando sobre fraudes, sobre crimes eleitorais, sobre compra de votos, a minha opinião seria totalmente diferente porque defendendo a Justiça, mas não existe nada mais justo do que a democracia. Então, Deputado Belinati, vamos perder um grande orador aqui na Assembléia Legislativa, mas o Paraná ganha um grande líder, um grande Prefeito.

Tenho certeza absoluta que o senhor vai orgulhar não só os londrinenses, mas também, todo estado do Paraná.

Então, boa sorte a V. Exa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado de coração, grande Deputado Marcelo Rangel, a quem tenho admiração toda especial. Obrigado de coração! Obrigado, também, Deputado Stephanes Júnior pelas colocações que nos comoveram bastante.

Presidente Nelson Justus, era esse o nosso comentário, hoje, em defesa do operariado do Paraná, a quem defendemos seja dado tratamento de humanidade. Volto a repetir, no Paraná, cavalo de raça e boi de raça estão tendo um tratamento mais digno do que a classe trabalhadora. Devemos tratar bem os animais, não devemos maltratar os animais, mas também não podemos aqui ficar de olhos fechados quando a classe trabalhadora, quando os operários estão tendo um tratamento que eles não são merecedores. Eles são merecedores de um tratamento digno, salário justos e, acima de tudo, alimentação e, inclusive, assistência médica que muitas fábricas estão deixando de fornecer aos seus operários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com satisfação, anunciamos a presença do Vereador do Democratas de Guarapuava, Vereador reeleito Gilson Amaral. Seja bem-vindo a nossa Casa, Vereador! Parabéns pela eleição!

Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Aproveitando o anúncio do Sr. Presidente à autoridade de Guarapuava, em meu nome e em nome da Depu-

rada Luciana Rafagnin, quero deixar registrada a presença do Prefeito eleito Edson Jacaré, de Quedas do Iguaçu, e a comitiva de Vereadores: Vereador Valmor do PRB, meu partido, e o Vereador Silvano e Claudemir que abrilhantam a Sessão desta quinta-feira.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Deputada Beti Pavin, relutei bastante, comigo mesmo, se deveria ou não ocupar à tribuna nesta manhã, tendo em vista que o assunto a ser abordado por este Parlamentar ser absolutamente constrangedor e delicado. Quero falar sobre essa barbaridade ocorrida na segunda-feira do desaparecimento de uma menina de 9 anos, que apareceu na terça-feira, no dia de anteontem, morta, com sinais visíveis de abuso sexual, além de ter sido estrangulada e posta numa mala, que foi encontrada na rodoferroviária aqui de Curitiba. Em primeiro lugar, meus sentimentos à família enlutada. Meu sincero pesar e acredito que seja um sentimento de comoção coletivo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como bem de toda a sociedade paranaense.

Trago esse assunto à tona, Sr. Presidente, Srs. jornalistas, primeiro, para enaltecer uma matéria vinculada, hoje, pelo jornal Gazeta do Povo que, além de ter brilhantemente detalhado o ocorrido, de como a menina desapareceu em um pequeno trajeto de 100 metros ou mais, que costumava fazer há bastante tempo sozinha de ida e vinda do colégio e nesse ínterim, lamentavelmente, ela foi pega e culminou no surgimento dessa menina, a Raquel morta. A Gazeta do Povo na sua matéria faz uma observação, sobre determinados cuidados, que outrora pelo menos no meu tempo de criança, meus pais enfatizavam com mais frequência. Determinadas recomendações simples que caíram no esquecimento, com o passar do tempo, com o advento do modernismo da tecnologia, da informática. Esses ensinamentos acabaram sendo postos de lado.

Não consigo me lembrar de todos os que ali estavam pontuados. Mas de alguns sei bem, porque aprendi com meus pais, que por sua vez aprenderam com os pais dos meus pais e sendo pai de um casal que completa 10 anos, é o aniversário dos meus filhos, tenho passado adiante. Dessas recomendações, uma delas é não aceitar doces e presentes de estranhos. Nunca aceitar nenhum tipo de oferta, ou de proposta, ou de doce, ou de guloseimas de estranhos. Segundo as recomendações destacadas no jornal Gazeta do Povo, está o fato de não deixar as crianças desacompanhadas, se menores de 12 anos.

As crianças hoje têm uma mentalidade fantástica. Meus filhos me surpreendem com certos questionamentos. Acredito que os seus também, Deputado Stephanes, que eu na idade deles nem imaginava determinadas coisas e existência de certas coisas. Mas ainda assim não se pode facilitar e como diz um ditado popular, que a “ocasião faz o ladrão”. Ainda que a criança tenha uma mentalidade muito avançada, recomenda-se não deixar a

criança ainda que em pequenos trajetos, sozinha, longe da sua visão, do alcance de seus olhos. Essa menina, em um trajeto ínfimo, teve a sua vida abordada e, conseqüentemente, ceifada.

Outra recomendação, é para que os seus pais não descuidem em saber com quem andam os seus filhos. Pode parecer coisa de careta, de pai quarentão, cinquentão, mas é uma recomendação extremamente atual, principalmente, vivemos de um mal que está presente em nosso século, chamado de pedofilia. É onde quero enfatizar a minha fala enquanto pai e, simultaneamente, enquanto Parlamentar.

Que o Governo Estadual e muito mais o Governo Federal, invistam em peças publicitárias fazendo alusão ao perigo, que reside ao lado, chamado pedofilia. Assim como muitas campanhas foram feitas para coibir o turismo sexual, a exploração sexual de menores, recentemente, há uma peça publicitária que acho fantástica, inclusive, a TV SINAL também a exhibe, onde personagens dos contos de fada fazem vários diálogos, que cumilham na observação dos cuidados que devemos ter, como motoristas, com as crianças. Isso vai resultar, desencadear na redução nos acidentes de trânsito que envolve crianças. Que o Governo tenha essa preocupação de investir pesado, emergencialmente, na publicidade, alertando os pais dessas recomendações, embora simples, mas eficientes. E alertando a sociedade com mais ênfase, de uma forma mais agressiva a tomar o cuidado, a estar vigilante nos mínimos sinais dos pedófilos, que andam espalhados por todos os lados.

Recentemente, a empresa Google do país liberou uma infinidade de cadastros de pessoas, com determinadas características que se enquadram em possíveis pessoas que cultuam a pedofilia, que tem envolvimento com a pedofilia. Não custa nada investigá-las, uma vez que todos almejamos extirpar essa maldição, essa prática maldita da sociedade.

Fazer um apelo para o Governo, que assim como passou em se investir em publicidade, alertando a sociedade dos danos causados pelo cigarro, por exemplo, e vendo o resultado positivo que essas peças publicitárias trouxeram para a sociedade e aí, então, se investiu em peças publicitárias mais agressivas, o que desencadeará mais redução do consumo do tabagismo, que também de forma agressiva e pesada se dê uma atenção, para conseguirmos mobilizar a sociedade em dois pontos. Primeiro, de não abrir mão da responsabilidade de cuidar, de dar mais atenção, de não descuidar dos seus pequenos, dos seus filhos.

Tivemos, aqui, Deputada Rosane Ferreira, como Deputada, Arlete Caramês, brilhante e fantástica Deputada, que tem como bandeira principal e todos sabemos esse assunto. Porque ela viveu e vive na pela, como trágica é essa situação, de ter seu filho em um momento e em um piscar de olhos, tê-lo ceifado de si, do seu lar e encontrá-lo sabe-se lá em que situação.

Fica aqui o meu registro. Parabéns à Gazeta do Povo por essa matéria, principalmente, pelas suas sugestões, para termos mais atenção com nossas crianças. E que o Governo Estadual e Federal, assim como investe para divulgar as suas obras, invista também nessa que é a maior das obras, chamada família, chamada nossos filhos.

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. faz um pronunciamento sereno, mas muito objetivo, cristão. Peço a V. Exa. para fazer um pronunciamento em outro extremo.

O que fazer um maníaco que matou essa criança de nove anos e a deixou na rodoviária? Colocar na prisão perpétua? Pena de morte, que não há? Mandar para um hospício? Dependendo do encaminhamento insisto na minha antiga tese, que para esse tipo de tarado se deveria começar a punição cortando o testículo do tarado, colocando sal grosso, uma pimenta malagueta bem forte, ali. E, depois ver o que mais a lei permite fazer. Porque só a pena de morte seria até suave demais. Se ele cometeu um crime tão bárbaro, em questão de segundos, ele deve pagar pelo que fez. Enquanto não mudar a legislação, lamentavelmente, todas as crianças estão correndo o mesmo risco, que essa inocente pagou com a vida, aqui, em Curitiba.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o aparte de V. Exa. Apesar de ser religioso, ser Pastor, comungo praticamente da mesma idéia de V. Exa., no que diz respeito a criar mecanismos mais severos, para que se iniba de fato esse tipo de prática e tantas outras hediondas e bárbaras, como infelizmente essa. E o que se tem tornado muito freqüente, Deputada Rosane Ferreira, as manchetes dos jornais praticamente todo dia de um, dois até três casos envolvendo pedófilos. Isso tem que acabar, tem-se que criar uma força-tarefa, Governo, Sociedade, meios de comunicação, para extirpar esse câncer muito presente nos nossos dias.

Com muito prazer concedo aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Primeiro, quero me somar ao seu pronunciamento. Ontem, quando me dirigia para esta Casa, ouvia a Rádio Band News que falava desse crime. E dizia que seria manchete de todos os jornais no dia, essa barbaridade. E, na verdade, não percebemos isso na imprensa. O Jornal Nacional mencionou rapidamente, numa reportagem que durou dois segundos, e hoje a Gazeta do Povo que traz em destaque o crime. Fiquei pensando, Deputado, como é essa história. Ontem pensei em usar a tribuna e falar do

crime, mas temos que ficar naquela linha tênue entre o sensacionalismo e a reflexão da situação.

Agora, por que não teve destaque? Não teve destaque porque daqui a pouco começamos a nos acostumar com essas coisas, com a violência que hoje impera em nossa sociedade. Foi um absurdo o que aconteceu com a Raquel. Mas, tivemos também nas últimas 24 horas, 15 mortes violentas em Curitiba e na região metropolitana, oito assassinatos e os demais por outras causas. Quinze mortes violentas é comum em Curitiba e na região metropolitana nos finais de semana. Agora, no meio da semana, em plena quarta-feira tivemos uma barbaridade.

Então, o que me chamou a atenção de todo o seu pronunciamento foi o final dele, com relação a grande investimento que precisa ser feito nas famílias, na Educação, na reestruturação da base da sociedade, que são as famílias. Parabéns pelo seu pronunciamento, infelizmente no sentido da causa que o levou a ocupar essa tribuna, o motivo é muito infeliz, mas parabéns por ter chamado a atenção desta Casa para esse fato.

Obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, para concluir, agradeço V. Exa. e volto a reiterar em meu nome e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome de todo o povo paranaense os nossos sentimentos à família enlutada da pequena Rachel que com certeza está com o Senhor Jesus, até por ser promessa bíblica que: *das crianças, das tais é o reino dos céus*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(Declinaram).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que altera o nome do Colégio Estadual Vila Osternack, em Curitiba, para Colégio Estadual Profeta Elias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para constar que o meu voto foi contrário já que o Cristiano Osternack tem uma história muito bonita na cidade de Curitiba e talvez o ideal seria para mudar para Cristiano Osternack.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Voto contrário do Deputado Stephanes Júnior.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/08, que altera a redação do artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64. (Conselho Estadual de Educação do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária - ACIAA, com sede e foro no município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/08, de 08/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, com sede e foro na cidade de Toledo.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/08, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no Da nº 122/08, de 16/10/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 418/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 418/08 de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar e efetuar permuta dos imóveis do município de Apucarana e imóveis do estado do Paraná, arrolados no artigo 1º e incisos do presente projeto.

Salienta-se que estes imóveis foram vistoriados e avaliados pela Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP.

Acompanha a vertente propositura do projeto na justificativa que ressalta a plausibilidade da permuta, uma vez que os imóveis a serem recebidos pelo Poder Público Estadual, onde está instalado o Colégio Estadual Manuel Ribas, por estarem localizados em área de interesse da

Administração Estadual, porém pertencem ao município de Apucarana, corresponde a área, cuja a soma 79.590,50 m² e área total, sendo vistoriada e avaliada pela Secretaria de Estado de Obras Publicas - SEOP, ambos cumprindo na sua medida o alcance do interesse público.

Competência

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

Os artigos 65 da Constituição do Estado do Paraná, asseguram ao Governador de Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto de lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, propor projetos que se tratem de permuta dos imóveis do estado do Paraná e imóveis do município de Apucarana.

Fundamentos

A alienação de bens públicos, como vem sendo reiteradamente ressaltado, só poderá ocorrer de acordo com os termos previstos na lei, como bem anota o professor José dos Santos Carvalho Filho, *verbis*:

A alienação de bens públicos é a transferência de sua propriedade a terceiros, quando há interesse público na transferência e desde que observadas as normas legais¹.

O Novo Código Civil prevê em seu artigo 101 que *os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei*, comando que tem determinado a interpretação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, uma vez cumpridos os requisitos legais para a alienação de bem público, a mesma torna-se válida².

Neste particular, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal nº 8666/93, assim dispõe sobre a matéria:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo. 15ª Ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 964.

2. MEIRELLES apud POUBEL, Leonardo Carraro. Alienação de bens públicos. DireitoNet. São Paulo, 21 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/24/69/2469/>>. Acesso em 09 mar. 2006.

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

[...]

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do artigo 24 desta lei:

A Constituição do Estado do Paraná, por sua vez, assim prescreve a respeito da alienação de bens imóveis de propriedade do estado:

Art. 10...

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Segundo nos ensina Hely Lopes Meirelles: “A alienação de bens imóveis está disciplinada, em geral, na legislação própria das entidades estatais, a qual, comumente, exige autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência [...]”³

Como se vê, a alienação de bem imóvel público deve ser precedida de autorização legislativa, “[...]sendo imprescritível a ação tendente a anular a venda de bem público carente da devida autorização, visto que a inalienabilidade dos bens públicos impede a sua perda e a consequente aquisição por terceiro mediante decurso de tempo”⁴.

Além da autorização legislativa, faz-se necessária ainda a avaliação prévia do bem a ser alienado, pois não se aliena de modo indiscriminado o patrimônio público, o qual foi apresentado pela Secretaria de Estado de Obras Publicas - SEOP, sendo esta uma correta e segura avaliação econômica-financeira do seu valor patrimonial, não ocorrendo qualquer omissão ou desvio de finalidade.

A exigência de concorrência, por sua vez, é dispensada nos casos de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio, o que diz respeito ao caso sob análise. Assim, não há que se falar em adoção do procedimento da concorrência para formalizar a permuta em questão, tendo em vista que neste caso: “A licitação é normalmente dispensada, porque a relação jurídica na permuta atende à situação especial da Administração e do administrado permutante”⁵.

Segundo ensinamento do eminente publicista José dos Santos Carvalho Filho.

3. Ibidem.

4. Evandro Martins Guerra, op. cit.

5. CARVALHO FILHO, op. cit., 968.

A Administração [...] pode, em certas e especiais situações, celebrar contrato de permuta de bens. Os bens dados em permuta eram públicos e passam a ser privados, os recebidos se caracterizavam como privados e passaram a ser bens públicos. Na verdade a permuta implica uma alienação e uma aquisição simultâneas.¹

De ver-se, portanto, que o instituto de permuta encontra previsão legal especial, podendo o Poder Público lançar mão do referido instrumento, cumpridos os requisitos formais exigidos, a saber: autorização legal, avaliação prévia dos bens, interesse justificado.²

De se notar, entretanto, que em Ação Direta de Inconstitucionalidade provida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, registrada no STF sob o nº 927-3, o Tribunal Constitucional suspendeu os efeitos do artigo 17, I, letra “b” e “c”, ficando, por conseguinte, autorizada a permuta de bem imóvel público sem o cumprimento da exigência disposta no final da alínea “c”, que prevê o cumprimento dos requisitos constantes do inciso X do artigo 24 da Lei 8666/93 para a efetivação do instrumento de permuta. No entendimento da Corte Constitucional brasileira, tal, dispositivo feria a autonomia administrativa assegurada pelo Pacto Federativo aos demais entes federados, impondo de forma indiscriminada a referida exigência.

Na opinião do ilustre professor Marçal Justen Filho, “[...] de modo adequado, o STF determinou a suspensão da vigência desse dispositivo.”

Destarte, o estado do Paraná e o município de Apucarana, são facultados a permuta de imóveis públicos, conforme dispõe o próprio texto da Constituição do Estado do Paraná e a Lei de Licitação, devendo o administrador tão-somente acautelar-se quanto à obtenção da devida autorização legislativa e da avaliação do bem, a fim de resguardar os interesses públicos a que se adstringe o próprio ato de permuta.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentadas, bem como, no que concerne à legitimidade, autonomia federativa e técnica legislativa, o projeto de lei não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/08, que objetiva efetuar a doação de imóvel ao município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA 126/08, de 27/10/08, em Mensagens).

1. Idem, p. 968.

2. Idem, p. 968.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 434/08**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, proposto através de mensagem do Poder Executivo, busca autorização do legislativo para efetuar doação de imóvel ao município de Umuarama.

Fundamentação

É legítima a iniciativa legislativa do Poder Executivo, que, requer, por meio de lei, doar bem imóvel do estado ao ente federativo municipal. Sobre o exposto, dispõe a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso).

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, inclusive o requisito da destinação específica, e tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, em sede de análise prévia, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3106, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outras para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 140 e 231/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 401, 418 e 434/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 183, 200, 354, 360 e 408/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1239/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8400, datado de 22/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR, do cargo em comissão, junto à Diretoria Legislativa, a partir de 01/09/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1250/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8243, datado de 16/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GEORGE ALEXANDRE SOTTO MAIOR, do cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01/09/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA Nº 0268/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 9677, datado de 03/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 611, de 06 (seis) dias, a partir de 25/10/08, com término em 31/10/08. CID. 10 S 92.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0269/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9313, datado de 21/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos, na ficha funcional de EVANI AIDA CARDOSO, matrícula nº 40526, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-02, com lotação na Coordenadoria de Taquigrafia, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0270/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3570, datado de 04/05/06, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de WANDERLEY BELLINATI, matrícula nº 40381, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-05, lotado na 2ª Secretaria, os seguintes períodos de tempo:

1 - o total de 01 ano, 09 meses e 22 dias, contado para efeito de aposentadoria, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, referente ao período de 01/05/60 a 31/01/61 em que trabalhou no Banco Brasileiro de Descontos S/A; na Arthur Ludgren Tecidos S/A de 01/09/50 a 22/09/51, conforme certidão do INSS em anexo.

2 - 06 anos, 11 meses e 27 dias, para efeito de aposentadoria, período compreendido entre 1952 e 1960, conforme Certidão da Unidade Regional da inventariança da

extinta Rede Ferroviária Federal S/A para efeito de aposentadoria, considerado pela legislação vigente à época, convertido em tempo de contribuição conforme assegura o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98.

3 - 05 anos, 10 meses e 14 dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço nº 057/83, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Divisão de Pessoal, do Governo do Estado de São Paulo, no período de 12/07/71 a 25/07/77, para efeito de aposentadoria, considerado pela lei vigente à época, convertido em tempo de contribuição nos termos do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0271/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9708, datado de 03/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário CHAFFIC ASSEF BUAINAIN, matrícula 7002, ao Governo do Estado, para continuar prestando serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0272/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9706, datado de 03/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário JOSE CARLOS DE CARVALHO, matrícula 3247, ao Governo do Estado do Paraná, para continuar prestando serviços junto ao Escritório de Apoio em Foz do Iguaçu, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0273/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9707, datado de 03/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário WILLIAM CARLO CORDEIRO, matrícula 5611, ao Governo do

Estado do Paraná, para continuar prestando serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0275/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9674, datado de 30/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, matrícula nº 40152, de 90 (noventa) dias, a partir de 28/10/08, com término em 26/01/09, CID. 10 S 72.3, S 82 e S 42.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Cleiton Kielse e Antonio Belinati. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião agradecendo a presença dos senhores: Rasca Rodrigues - Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Francisco Esmeraldo - Presidente Executivo do Instituto Sócio Ambiental do Plástico (Plastivida); Maria Claudia Souza e Daniela Di Fiori - respectivamente Diretora de Relações Governamentais e Diretora de Assuntos Corporativos da VWS Supermercados do Brasil; Marcio Milan - Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição; Valmor Rovaris - Superintendente da Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) e Dirceu Gáelas - Presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Paraná (SIMPEP), que prontamente compareceram para participar da reunião solicitada pelo Deputado Cleiton Kielse sobre o Projeto de Lei nº 134/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Anexado ao Projeto de Lei nº 196/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e apro-

vada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 084/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Relator

Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 183/08 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 200/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei Complementar nº 317/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 381/08 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

